

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.435.242 - SP (2019/0017170-0)

RELATOR : **MINISTRO MOURA RIBEIRO**
AGRAVANTE : **MOTO RIO CIA RIO PRETO DE AUTOMOVEIS**
ADVOGADOS : **MARCO ANTONIO CAIS - SP097584**
JULIANA DE SOUZA MELLO CATRICALA E OUTRO(S) - SP223092
RODRIGO AZEVEDO MARTINS - SP352500
AGRAVADO : **GILMAR OMEKITA**
ADVOGADO : **MARCELO HENRIQUE E OUTRO(S) - SP131118**

EMENTA

CIVIL. PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. **RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO NCPC.** EMBARGOS À EXECUÇÃO. REGULARIDADE DO TÍTULO ATESTADA PELA INSTÂNCIA ORDINÁRIA. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. DEFICIÊNCIA NA FUNDAMENTAÇÃO RECURSAL. REEXAME DOS ELEMENTOS DE CONVICÇÃO DOS AUTOS. SÚMULAS NºS 284 DO STF, 7 E 211 DO STJ. AGRAVO CONHECIDO. RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO.

DECISÃO

A MOTO RIO CIA RIO PRETO DE AUTOMÓVEIS (MOTO RIO) interpôs embargos à execução fundada em título extrajudicial contra ela movida por GILMAR OMEKITA (GILMAR).

O juízo de primeiro grau julgou procedente o pedido para extinguir a execução, fixando os honorários advocatícios sucumbenciais no valor de R\$ 1.000,00.

O Tribunal de origem, por sua vez, deu provimento ao apelo interposto pelo GILMAR em acórdão assim ementado:

Apelação — Embargos à execução — Procedência — Extinção da ação em relação à empresa embargante — Inadmissibilidade — Nota promissória emitida por pessoa que exercia o cargo de gerente administrativo da empresa — Hipótese de aplicação da teoria da aparência — Título que, ademais, também foi avalizado pelo sócio da empresa — Recurso provido para julgar improcedentes os embargos à execução e determinar o prosseguimento da execução em face da empresa executada (e-STJ, fl. 577).

Irresignada, a MOTO RIO interpôs recurso especial, fundado nas

alíneas *a* e *c* do permissivo constitucional, em que apontou a violação dos arts. 662 do CC/02, 373 do NPCP e 54 do DL nº 2.044/1908, sustentando, em síntese, 1) o título foi assinado por pessoa sem poder de representação; 2) caberia ao executante averiguar se a pessoa que assinou o título teria poderes de representação da empresa; e 3) a assinatura do emitente ou do mandatário especial é requisito da nota promissória.

O apelo especial não foi admitido na origem sob o fundamento de incidência das Súmulas nºs 7 do STJ e 284 do STF (ausência de demonstração das violações alegadas pelas alíneas *a* e *c* do permissivo constitucional).

A MOTO RIO, então, interpôs o presente agravo impugnando os fundamentos da decisão agravada.

Contraminuta apresentada (e-STJ, fls. 680/684).

É o relatório.

DECIDO.

O inconformismo não merece prosperar.

De plano, vale pontuar que o recurso ora em análise foi interposto na vigência do NCPC, razão pela qual devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma nele prevista, nos termos do Enunciado Administrativo nº 3 aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016: *Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC.*

Ladeando a ausência de prequestionamento dos dispositivos legais tidos por violados, verifica-se que o Tribunal de origem examinou os elementos de convicção anexados aos autos, concluindo que

[...] os embargantes não negam expressamente a existência da dívida representada pelo título, por isso, não os socorre alegar ausência de demonstração de sua origem, o que, ademais, seria desnecessário, atento aos princípios cambiais que rege este título de crédito, quais sejam, os princípios da cartularidade, autonomia e literalidade, não se cuidando de título causal.

Somente se houvesse fundado questionamento, por parte dos emitentes, ora embargantes, quanto ao negócio subjacente a emissão do título, de modo a configurar causa obstativa da cobrança do crédito representado pelo título, é que, então, caberia ao embargado apresentar prova a este respeito. Neste sentido, porém, nada foi alegado especificamente pelos embargantes, limitando-se esta a questionar vagamente a respeito da necessidade desta demonstração, o que afigura-se insuficiente para afastar a cobrança do título, pelo saldo remanescente apontado pelo embargado.

Também não prospera a alegação de nulidade do título por ter sido assinado por pessoa sem poderes para tanto, principalmente porque o próprio sócio da empresa afirma que o Sr. César Spadacio, a quem é atribuída a assinatura contida na promissória, exercia a cargo de gerente administrativo da empresa à época dos fatos, cabendo observar, ainda, que o Sr. Áureo Ferreira Júnior, sócio da empresa, assinou como avalista do título, o que confirma a regularidade de sua emissão por parte desta empresa. Incidiria a propósito, ainda, como mencionado pelo apelante, a teoria da aparência, bem como o princípio de que a ninguém é dado beneficiar-se da própria torpeza ("nemo auditur proprium turpitudinem allegans").

A teoria da aparência tem como objetivo a proteção do direito do terceiro de boa-fé que, em razão da informalidade que é inerente às relações comerciais, desconhece, ao ensejo da celebração do contrato, a ausência de poderes da pessoa que se apresenta como representante da pessoa jurídica.

Ressalte-se, outrossim, que a nota promissória não foi avalizada por Áureo Ferreira, falecido aos 20/08/2004 (cf. certidão de óbito de fls. 182 destes autos), mas sim por Áureo Ferreira Junior, contra o qual a presente execução também foi ajuizada e que habilitou-se no presente feito, juntando procuração "ad judicium", datada de 6 de dezembro de 2005 (fls. 142) e que também figura como sócio da MotoRio Cia. Rio Preto de Automóveis (fls. 210) (e-STJ, fls. 580/581).

Nesse contexto, tendo o acórdão recorrido constatado concretamente a regularidade do título cambial que confere lastro à presente execução, a linha argumentativa desenvolvida pela RIO MOTO, conforme anotado pela decisão agravada, é incapaz de evidenciar o malferimento dos artigos de lei federal invocados, o que atrai a incidência da Súmula nº 284 do STF.

Além disso, o apelo nobre, de fato, esbarra nos rigores contidos na Súmula nº 7 do STJ, pois a revisão das conclusões do acórdão recorrido dependeria do reexame do conjunto fático-probatório dos autos, procedimento sabidamente vedado em recurso especial.

A propósito, destaca-se o seguinte precedente:

CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS À EXECUÇÃO. CONTRATO DE COMPRA E VENDA DOS DIREITOS FEDERATIVOS DE ATLETA PROFISSIONAL DE FUTEBOL. VÍCIO NA CONSTITUIÇÃO DO TÍTULO EXEQUENDO. AUSÊNCIA DA ASSINATURA DO VICE-PRESIDENTE FINANCEIRO DO CLUBE. IMPOSIÇÃO DO ESTATUTO. FORÇA EXECUTIVA RECONHECIDA. TEORIA DA

APARÊNCIA. BOA-FÉ OBJETIVA. RECURSO ESPECIAL IMPROVIDO.

1. Incensurável o tratamento dado ao caso pela Corte de origem, não só pela distinção feita entre a natureza do contrato exequendo (art. 585, II, do CPC), face aos títulos executivos extrajudiciais relacionados na regra estatutária, cujo descumprimento teria o condão de inviabilizar o processo executivo, mas, principalmente, pela repulsa à invocação de suposto vício na constituição do pacto, levado a efeito pelo próprio executado, uma vez havendo o recorrido agido de boa-fé e alicerçado na teoria da aparência, que legitimava a representação social por quem se apresentava como habilitado à negociação empreendida.

2. Denota-se, assim, que a almejada declaração de nulidade do título exequendo está nitidamente em descompasso com o proceder anterior do recorrente (a ninguém é lícito venire contra factum proprium).

3. Interpretação que conferisse o desate pretendido pelo recorrente, no sentido de que se declare a inexecutibilidade do contrato entabulado entre as partes, em razão de vício formal, afrontaria o princípio da razoabilidade, assim como o da própria boa-fé objetiva, que deve nortear tanto o ajuste, como o cumprimento dos negócios jurídicos em geral.

4. Recurso especial não conhecido.

(REsp nº 681.856/RS, Rel. Ministro HÉLIO QUAGLIA BARBOSA, Quarta Turma, DJ 6/8/2007)

Nessas condições, **CONHEÇO** do agravo para **NÃO CONHECER** do recurso especial.

MAJORO em 5% o valor dos honorários advocatícios fixados em desfavor da RIO MOTO, nos termos do art. 85, §§ 2º e 11, do NCPC.

Advirta-se, todavia, que eventual recurso interposto contra esta decisão estará sujeito às normas do NCPC, inclusive no que tange ao cabimento de multa (arts.1.021, § 4º e 1.026, § 2º) e honorários recursais (art. 85, § 11).

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 14 de fevereiro de 2019.

Ministro MOURA RIBEIRO

Relator